



DECISÃO DO RECURSO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.064/2025

Processo de Recurso nº 33.414/2025 - Processo Licitatório n.º 11.419/2024, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.064/2025, que tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS, para atender as necessidades das dependências da nova Unidade de Urgência e Emergência em Lumiar.**

Trata-se o presente processo administrativo de **RECURSO** interposto, **tempestivamente**, pela empresa **SISO - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 12.048.406/0001-23, com fulcro no artigo 165, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, por intermédio de seu respectivo representante legal, contra os termos da decisão de habilitação da empresa **M. CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 32.593.430/0001-50, no bojo do Pregão Eletrônico n.º **90.064/2025**.

I) DOS FATOS

Encerrada a fase de habilitação do Pregão Eletrônico supracitado, foi aberto o prazo para manifestação de intenção de recursos no dia 03/09/2025, tendo sido apresentada a proposição no dia 08/09/2025, tempestivamente, pela empresa **SISO - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.**, doravante denominada Recorrente, contra a decisão que habilitou a empresa **M. CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, doravante denominada Recorrida, **como provisoriamente vencedora do item 7**. A intenção é aceita de forma automática pelo Sistema ComprasGov.br, sem a necessidade de juízo de admissibilidade.



Comissão Permanente de Pregão III

II) DO RECURSO

A Recorrente, tempestivamente, interpôs recurso por meio do Sistema de Compras do Governo Federal, com o objetivo de modificar a decisão de habilitação, alegando, em síntese, inconformismo com a fase de julgamento da proposta apresentada pela empresa ora Recorrida, especificamente no que se refere ao item de n.º 07 (sete) do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

Aduz que, conforme verificado nas instruções de uso do equipamento ofertado pela Recorrida, o referido dispositivo não atende ao requisito estabelecido no edital, qual seja, a impressão simultânea das 12 (doze) derivações. De acordo com as alegações da Recorrente, o equipamento possui capacidade para realizar, de forma simultânea, a impressão de apenas 03 (três) derivações, o que, em tese, configuraria descumprimento das exigências técnicas previstas no instrumento convocatório.

III) DA CONTRARRAZÃO

Concedido o prazo legal para manifestação, a empresa recorrida deixou de apresentar contrarrazões.

IV) DAS CONSIDERAÇÕES DO PREGOEIRO

O presente processo licitatório foi conduzido em estrita observância aos princípios e regras estabelecidos na Lei.º 14.133/2021.

A controvérsia trazida no recurso diz respeito à conformidade do produto ofertado pela empresa Recorrida com as exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.



Comissão Permanente de Pregão III

No que se refere à análise técnica da proposta da empresa Recorrida, cabe ressaltar que foi solicitada manifestação formal do Órgão requisitante, acerca das especificações dos produtos ofertados. Em resposta, a área técnica manifestou-se favoravelmente aprovando o catálogo.

Desta feita, trata-se, portanto, de questão de natureza estritamente técnica, cuja análise ultrapassa a esfera de competência da Pregoeira. Assim, nos termos do princípio da segregação de funções (art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021), a decisão quanto ao atendimento das especificações técnicas deve estar fundamentada em parecer técnico emitido pelo setor responsável da unidade requisitante.

V) DA ANÁLISE TÉCNICA

Diante do exposto, o presente processo foi encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde, unidade requisitante do certame, para análise e manifestação quanto aos aspectos técnicos suscitados no recurso, nos termos do artigo 168 da Lei nº 14.133/2021 e do subitem 23.11 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.064/2025.

Em manifestação técnica, a referida Secretaria analisou as alegações apresentadas pela empresa SISO Indústria e Comércio Ltda, que questionou a habilitação da empresa M. Carrega Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, sob o argumento de que o equipamento aceito não realizaria a impressão simultânea das 12 derivações, em desacordo com o Termo de Referência.

Após verificação das características técnicas do equipamento ofertado, a Subsecretaria de Atenção Especializada concluiu que o modelo apresentado possui variação de faixas entre 3, 6 e 12 derivações, atendendo, portanto, às especificações contidas no Termo de Referência.

Dessa forma, o parecer técnico opinou pelo indeferimento do recurso, entendendo que o item atende integralmente aos requisitos técnicos exigidos no edital.



Comissão Permanente de Pregão III

VI) DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Diante do exposto, considerando o teor das razões recursais e as considerações apresentadas, com fulcro no artigo 165, §2º, da Lei 14.133/2021, **CONHEÇO** do recurso interposto no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.064/2025, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo a decisão de habilitação anteriormente proferida, em obediência aos Princípios da Legalidade, Vinculação ao Edital e Segurança Jurídica.

Diante do indeferimento do recurso interposto, nos termos do § 2º do artigo 165 da Lei nº 14.133/2021, encaminho o presente processo à autoridade superior para apreciação e decisão final sobre o recurso administrativo relativo ao Pregão Eletrônico em referência, observando o prazo legal de 10 (dez) dias úteis.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 14 de outubro de 2025.

Fernanda Medeiros Rodrigues

Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão III

Matrícula nº 468.036